

# O reino é de Deus: aspectos para uma cristologia não-sacrificialista

*Claudio de Oliveira Ribeiro\**

## Resumo

Este artigo realça aspectos da vida de Jesus – como a espiritualidade, a concepção escatológica e os conflitos por ele vividos – tendo em vista questionar as ênfases sacrificialistas presentes no cristianismo. Destaca também a soberania de Deus expressa na mensagem de Jesus, a pregação do futuro como relativização dos projetos intra-históricos, e a relação entre a mensagem do Reino de Deus e a morte de Jesus. Nesse aspecto, a cruz é enfatizada, como resultado do processo de posicionamento político/religioso de Jesus ao longo de sua vida – diferentemente das interpretações sacrificialistas que surgiram ao longo da história da Igreja. A cruz de Jesus, o Cristo, possibilita significado para o despojamento humano, autodoação, solidariedade e vida de serviço e de alegria.

**Palavras-chave:** cristologia; sacrifício; reino de Deus.

## The Kingdom is of God: Toward a Non-Sacrificialist Christology

### Abstract

This article brings to one's attention aspect of the life of Jesus—such as his spirituality, his eschatological conceptions, and the conflicts he lived through—with a view to questioning the sacrificialist emphases which are present in Christianity. It also highlights the sovereignty of God which is expressed in Jesus' message, the preaching of the future as a relativization of intra-historic projects, and the relation between the message of the Kingdom of God and the death of Jesus. In this aspect, the cross is emphasized as the result of a process of politico-religious positioning on the part of Jesus throughout his

---

\* Teólogo, Doutor em Teologia pela PUC do Rio de Janeiro e professor da área de Teologia Sistemática na Faculdade de Teologia da Universidade Metodista de São Paulo.

life—in a manner different from the sacrificialist interpretations which have arisen throughout the history of the Church. The cross of Jesus, the Christ, gives a possible meaning to human renunciation, self-giving, solidarity, and a life of service and joy.

**Keywords:** Christology; sacrifice; Kingdom of God.

## **El reino es de Dios: aspectos para una cristología no sacrificialista**

### **Resumen**

El artículo realza aspectos de la vida de Jesús – como la espiritualidad, la concepción escatológica y los conflictos vividos por él - teniendo en vista cuestionar los énfasis sacrificialistas presentes en el Cristianismo. También destaca la soberanía de Dios expresada en el mensaje de Jesús, la predicación del futuro, lo relativo a proyectos intra-históricos, y la relación entre el mensaje del Reino de Dios y la muerte de Jesús. En este aspecto, se enfatiza la cruz como el resultado de un proceso del posicionamiento político / religioso de Jesús a lo largo de su vida – diferente a las interpretaciones sacrificialistas que surgieron en el trayecto de la historia de la Iglesia. La cruz de Jesús, el Cristo, posibilita significado para el despojamiento humano, auto-donación, solidaridad, y vida de servicio y de alegría.

**Palabras-clave:** cristología; sacrificio; Reino de Dios.

A mensagem sobre Jesus, assim como as pregações religiosas em geral, têm alcançado número considerável de ouvintes e de adeptos, em especial devido ao florescimento religioso no mundo inteiro, vivenciado nos últimos anos do segundo milênio. Soma-se a isso o interesse das mídias e a importância da religião em outros campos. Daí o destaque nos últimos anos, por exemplo, para obras como *O código da Vinci*, de Dan Brown, incluindo a versão cinematográfica de Ron Howard; o filme *A Paixão de Cristo*, de Mel Gibson; e os famosos documentários sobre Jesus do *Discovery Channel*, cada vez mais populares no Brasil.

Assim como os demais aspectos religiosos, as interpretações acerca de Jesus e a importância delas para a vida em geral são diversas e, em boa parte das vezes, contraditórias. Isso reforça e motiva ainda mais os estudos teológicos.

O campo específico da cristologia tem, igualmente, ganho vitalidade e destaque. No contexto teológico latino-americano, ainda nos anos 70, a obra *Jesus Cristo libertador*,<sup>1</sup> de Leonardo Boff, foi destaque, e ocupou inclusive o

---

<sup>1</sup> Petrópolis, RJ, Vozes, 1972.

espaço eclesiástico-institucional para avaliações e questionamentos. Em certo sentido, o debate volta à tona, em 2007, com a notificação da Congregação para a Doutrina da Fé da Igreja Católica Romana em relação às obras de Jon Sobrinho: *Jesus, o libertador: a história de Jesus de Nazaré* (1991) e *A fé em Jesus Cristo: ensaio a partir das vítimas* (1999).<sup>2</sup> No campo protestante, Jürgen Moltmann tem sido referência para os debates, especialmente com as suas obras *O caminho de Jesus Cristo* (1989) e *Quem é Jesus Cristo para nós hoje?* (1994).<sup>3</sup> Também marcam o debate cristológico as obras de John Dominic Crossan: *O Jesus histórico* (1991); *Jesus: uma biografia revolucionária* (1994); *Quem matou Jesus?* (1995); e *O nascimento do cristianismo* (1998).<sup>4</sup> Ao lado dessas obras, talvez seja a de Roger Haight, *Jesus, símbolo de Deus* (1999)<sup>5</sup> – também sob notificação da Congregação para a Doutrina da Fé<sup>6</sup> – a que maior densidade tem oferecido para as reflexões cristológicas atuais. As perspectivas teológicas desses autores formam um quadro teórico consistente, que está pressuposto nas discussões e reflexões a seguir.

Para essa reflexão, nos propomos apresentar três aspectos. O primeiro apresenta marcas e pressupostos para o estudo preliminar da cristologia, aos quais venho me detendo na tarefa docente. O segundo pólo de reflexões analisa um pouco mais os aspectos da vida de Jesus: sua espiritualidade, concepção escatológica e os conflitos por ele vividos. Na terceira parte, apresentaremos uma contribuição de François Varone, que relaciona aspectos da antropologia, como o sofrimento humano, com a cristologia, evitando ênfases sacrificialistas.

## **I – Identidade e pressupostos para o estudo da cristologia hoje**

No contexto atual, diferentes grupos de cristãos têm se preocupado com a autenticidade da mensagem evangélica e com a respectiva fidelidade dela ao núcleo central e histórico-teológico da fé cristã. Entre numerosos desafios teológicos, está a busca de uma cristologia que ofereça bases teóricas para discernimento das variadas mensagens acerca de Jesus.

<sup>2</sup> Petrópolis, RJ, Vozes, 1996 e Petrópolis, RJ, Vozes, 2000, respectivamente. Veja ainda a anterior *Cristologia a partir da América Latina*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1983.

<sup>3</sup> Petrópolis, RJ, Vozes, 1993 e 1997, respectivamente.

<sup>4</sup> Rio de Janeiro, RJ, Imago Editora, 1994, 1995, 1995, respectivamente; e a última: São Paulo, SP, Paulinas, 2004.

<sup>5</sup> São Paulo, SP, Paulinas, 2003.

<sup>6</sup> Para a compreensão mais apurada do processo veja o artigo de Faustino Teixeira, “Uma cristologia provocada pelo pluralismo religioso: reflexões em torno do livro *Jesus, símbolo de Deus*, de Roger Haight”, em *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, 2005, v. 65, n. 258, pp. 293-314.

Tal perspectiva cristológica requer a visão dialética. As exigências evangélicas realizadas por Jesus (gratuidade, diálogo, personalização e crítica) caracterizam-se, de um lado, por “conduta minoritária”. Todavia, por outro lado, a proposta evangélica não pode desejar o “minoritário” como alvo, transformando-a em nova lei. Na proposta do Evangelho, o interesse pelas massas, por exemplo, é fundamental para que ocorram novas e criativas sínteses entre o dom da fé que vem de Deus e as experiências humanas. Ao mesmo tempo, a atenção e fidelidade ao núcleo central do Evangelho, devido ao seu caráter exigente, não possui aceitação massiva.

Nesse sentido, em consonância com a perspectiva teológica ecumênica, se afirma que a reflexão bíblico-teológica sobre Cristo é necessária para que se possa discernir, o mais adequadamente possível, a vontade de Deus para a humanidade hoje. Compreende-se a cristologia como reflexão sistemática sobre os conteúdos da fé identificados na prática de Jesus e de seus seguidores. Mais concretamente, diríamos que a identidade e a relevância da cristologia dá-se, basicamente, a partir da seguinte questão: “como reconhecer o amor de Deus por intermédio da vida de Jesus de Nazaré?”

### *Primeira pressuposição: metodologia cristológica*

Ao contrário da concepção presente no senso comum, “Jesus Cristo” não é nome próprio (e Cristo não é sobrenome de Jesus), mas trata-se de uma expressão dupla que professa e proclama fé: Jesus de Nazaré é compreendido e aceito como o Cristo, o Messias prometido, o Ungido de Deus. Isso faz com que a conhecida relação entre o “Jesus histórico” e o “Cristo da fé” seja complexa e teologicamente desafiadora. Resumidamente, compreende-se que o “Jesus histórico é o Jesus que pode ser reconstituído pela investigação histórica, aquele homem que viveu e morreu na Palestina do século I, ocupada pelos romanos... o “Cristo da fé” é aquele anunciado pela Igreja depois da Páscoa, o Cristo dos símbolos de fé e das declarações dogmáticas”.<sup>7</sup>

A abordagem que tem sido considerada mais adequada para a cristologia (denominada “baixa, ascendente”) tem como ponto de partida a afirmação histórica de Jesus, homem judeu do século I. A esse ponto, seguem-se: uma “ascendência” com o significado religioso a ele atribuído – Jesus como Cristo (o Messias, o Ungido) – e uma interpretação teológica do significado histórico-teológico de Jesus Cristo para a atualidade.

A abordagem denominada “baixa, ascendente”, se contrapõe à “alta, descendente” cujo ponto de partida é a Palavra (divina) pré-existente que encarna

---

<sup>7</sup> Alfonso Garcia Rubio, *O encontro com Jesus Cristo vivo*. São Paulo, SP, Paulinas, 1994, p. 11-12.

no humano. Essa visão é questionável por supor como evidente a divindade de Jesus, por omitir ou esvaziar o sentido da vida, da morte e da ressurreição de Jesus e por sugerir uma figura mitológica à imaginação das pessoas.<sup>8</sup>

A humanidade de Jesus é um fato concreto para o fortalecimento da fé da comunidade. Tal perspectiva ajuda a refletir sobre teologias atuais contrárias à idéia da cruz, como a teologia da prosperidade, por exemplo. Jesus não pode ser compreendido por uma nova visão docética, que oculta a realidade da doença, do sofrimento e da morte.

A partir do momento em que o ser humano se reconhece e se identifica com a figura encarnada do Cristo manifestada no evento pascal, torna-se questionável a visão – fortemente difundida no meio eclesial – de que apenas a transcendência deva ser valorizada. A metodologia que parte da existência histórica de Jesus possibilita ao ser humano melhor compreensão de si mesmo, de sua fé e melhor identificação com Deus. Com isso, as pessoas podem tornar-se mais humanas e acessíveis à pregação do Reino de Deus, possibilitando para a Igreja uma prática libertadora.

### *Segunda pressuposição: articulação do “Jesus histórico” e do “Cristo da fé”*

A característica básica do querigma cristológico – eminentemente soteriológico – é o caráter pascal, no qual se encontra o anúncio da Boa-Nova daquele que estava morto e ressuscitou (Lucas 24,1-12). Os relatos pascais baseiam a reflexão cristológica ao afirmarem a realidade da morte e da ressurreição de Jesus. Jesus ressuscitado não é espírito desencarnado (Lucas 24,27-39). Nele, encontra-se a dimensão corpórea, nova e misteriosa, que testifica sua messianidade.

A fé cristã deve sua origem e vitalidade a aspectos diferentes do mesmo evento, a saber: Jesus reconhecido como Cristo de Deus; Deus crido como o Pai de Jesus Cristo, que o ressuscitou dos mortos; e a presença de Cristo experimentada no Espírito que vivifica.<sup>9</sup>

A revelação do Deus da vida (na ressurreição) é inseparável da revelação do Deus solidário (na cruz de Jesus). Cruz e ressurreição são dois momentos inseparáveis da realidade única que é o mistério pascal. O evento da morte-ressurreição de Jesus Cristo reúne e articula as dimensões próprias do “Jesus histórico” e do “Cristo da fé” ao integrar esvaziamento e glorificação, serviço e eucaristia, cruz e libertação.

---

<sup>8</sup> Cf. William P. Loewe. *Introdução à cristologia*. São Paulo, SP, Paulus, 2000, p. 5-20.

<sup>9</sup> Cf. Jürgen Moltmann. *O caminho de Jesus Cristo: cristologia em dimensões messiânicas*. Op. cit., p. 69.

*Terceira pressuposição: a dimensão do profetismo*

A prática de Jesus é *processual* (histórica e desenvolvida a partir de ações e de reações concretas), *situada* (encarnada na realidade econômica, política e religiosa) e *conflitiva* (não desejada, mas inevitável, em função da contradição entre o Reino de Deus e a realidade social da época).

Ao rejeitar títulos de rei, de doutor e similares, Jesus direciona sua missão/vocação para o profetismo. Suas atitudes remontam o despojamento e visão crítica dos profetas (AT) e a postura do *servo sofredor* (Isaias). Há na prática libertadora de Jesus permanente chamado ao arrependimento e ao perdão. Trata-se de realidade baseada no amor, código essencial para a implantação do Reino. Isso reflete a espiritualidade de Jesus. Ele, na motivação do Espírito, expressa a sabedoria a partir da experiência de intimidade com o Pai (*Abba*). Isto não se confunde com autocompreensão divina por parte de Jesus, mas é nessa relação afetiva e de profunda confiança que Jesus esvaziava-se de si mesmo (*quenosís*) situando-se como anunciador do Reino, sem usar como usurpação o ser igual a Deus (Filipenses 2).

*Quarta pressuposição: a dimensão do martírio*

Jesus confrontou as autoridades religiosas de sua época pela centralização do poder, pela cristalização das doutrinas, pela dogmatização e absolutização das idéias teológicas (a Lei) e pela supremacia da dimensão institucional em detrimento da vida humana. Em decorrência dessa postura foi assassinado.

O fim violento de Jesus estava na lógica de seu posicionamento perante Deus e o ser humano. A violenta paixão foi reação dos guardas da Lei, do Templo, do direito e da moral à ação não-violenta e à defesa da justiça efetuadas por Jesus. A morte de Jesus é resultado de sua opção política explícita pelas pessoas pobres e marginalizadas – efetuada ao longo de seu ministério – em oposição às elites de seu tempo. Tal opção fora marcada por forte visão religiosa escatológica presente na pregação da iminente vinda do Reino que resultou na compreensão, sobretudo do poder romano, da necessidade da eliminação de Jesus. A experiência histórica concreta do assassinato de Jesus é a base para a compreensão do *martírio* de Jesus – referência teológica de relevância para a comunidade primitiva e para a fé cristã hoje.

**II – Ajustar o foco: um olhar sobre Jesus de Nazaré**

De posse dos pressupostos apresentados, muitos aspectos da discussão cristológica poderiam ser ressaltados. Três deles estão privilegiados a seguir: a soberania de Deus expressa na mensagem de Jesus; a pregação do futuro como relativização dos projetos intra-históricos; e a relação entre a mensagem e a morte de Jesus.

## 1. *Jesus e a soberania de Deus*

A relação entre o ser humano e Deus encontra um ponto crucial nas questões relativas à soberania divina. Essa tem sido divisor de águas de tantas correntes e perspectivas teológicas, assim como nos debates pastorais e doutrinários. A história da humanidade quase se confunde com as tentativas humanas de chegar às dimensões do sagrado nas suas diversas variações culturais e históricas. Em geral, o ser humano busca a possibilidade de compreender decisivamente o sagrado ou, em alguns casos, de assumir o lugar que as experiências e as doutrinas religiosas lhe concederam. No caso da tradição judaico-cristã, trata-se de “comer o fruto do conhecimento do bem e do mal” (cf. Gênesis 3) e, com esta atitude, avolumam-se conseqüências das mais diversas ordens.

Tais reflexões situam-se no campo do poder. “Se Deus é por nós, quem será contra nós?” (Romanos 8:31), perguntam todos os cristãos, com os mais diferentes e, até mesmo, antagônicos propósitos. A qualidade de resposta a esta questão, associada às potencialidades históricas de cada pessoa, grupo ou nação interfere no curso das sociedades. Isto sem considerar o plano das vivências pessoais, familiares e de pequenos grupos e de instituições, a partir do que a filosofia moderna consagrou como “microfísica do poder”. Esta situação, em si, exige da reflexão teológica parâmetros, critérios, formas e perspectivas de agir que possam garantir ações – gerais ou particulares, de grandiosas ou modestas conseqüências – coerentes com o Evangelho.

Neste sentido, há que constantemente se retomar o Reino de Deus como horizonte utópico dos cristãos. Trata-se da soberania de Deus, o poder que ele possui acima de toda e qualquer vontade humana. Nas palavras de Hans Küng: “Jesus não pregou uma teoria teológica, nem uma nova lei, nem a si mesmo, mas o Reino de Deus: a causa de Deus (= vontade de Deus) que irá triunfar e que é idêntica à causa do ser humano (= bem do ser humano)”.<sup>10</sup> Jesus convida para que se permita que Deus seja Deus (soberania) e isto requer abertura, despojamento e conversão humana. Trata-se de acolher o dom de Deus (graça). A cristologia, enquanto uma das fontes sistemáticas de reflexão teológica, necessita situar decisivamente as ênfases bíblicas do Reino e da soberania de Deus. Caso contrário, ela não poderá responder adequadamente às exigências da comunicação do Evangelho.

Jesus viveu e morreu pela causa de Deus que, por sua vez, estava e está em função do ser humano. Esta visão contribui para refutar as interpretações mágicas ou fundamentalistas que não consideram detidamente o propósito maior presente como fio condutor na mensagem no Novo Testamento, ou

---

<sup>10</sup> *Vinte teses sobre o ser cristão*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1979, p. 28.

seja, o Reino de Deus. Refuta também as mensagens, em especial as de cunho soteriológico, que não articulam a morte de Jesus com os conflitos inevitáveis com os centros de poder, devido à fidelidade dele ao projeto do Pai (o Reino).

Outro aspecto fundamental é que o Evangelho, por ser anúncio da Boa-Nova salvífica, constitui-se em instância crítica da sociedade e da história. Para Jesus, a soberania de Deus é também um juízo crítico sobre a história. A pregação de Jesus, nesse sentido, está em tensão criativa e dialética com a história de Israel. Exemplar é a mensagem de “bem-aventuranças dos pobres”, que recia as expectativas do povo com a “terra santa”, onde abunda “leite e mel”. Trata-se, nesse caso, de um novo êxodo, que se configura em crítica da situação concreta da vida a partir da noção da soberania de Deus.

Por outro lado, as bem-aventuranças significam que já é chegada a hora. Ou seja, a presença de Jesus no mundo cumpre as expectativas pela ansiosa espera desta novidade de vida, da chegada do “Deus auxiliador”, que se compadece dos pobres. A importância e a fragilidade humana ganham o seu redentor.

Da mesma forma, compreendemos as curas e a atitude de Jesus em libertar as pessoas dos demônios. Os consensos exegéticos indicam que a afirmação neotestamentária de que Jesus curou e expulsou demônios possui sólida base histórica. Trata-se de atitude salvífica de Jesus em relação aos que sofrem. Os evangelhos revelam, portanto, que a salvação será considerada Boa-Nova, somente à medida que se manifeste aqui e agora em favor de seres humanos concretos. Juízo e novidade, portanto, estão presentes no núcleo da pregação de Jesus.<sup>11</sup>

## 2. “O futuro a Deus pertence”: a relativização das iniciativas humanas

A pregação cristã foi historicamente marcada pela mensagem de convicção sobre o futuro. Demarcava-se nitidamente, por um lado, a realidade temporal – o aqui e agora, as fragilidades humanas vividas no tempo presente como a dor, o sofrimento, as angústias -, e por outro, a realidade por vir – escatológica, liberta das injunções da realidade humana e mundana, tempo futuro de prazer, gozo e felicidade completa (o “céu”).

De fato, o que vai ocorrer no futuro mobiliza a atenção das pessoas. Trata-se da indagação filosófica fundamental. Quem sabe o que ocorrerá no futuro – próximo ou distante – acumula poder de salvação e de dominação. Pode persuadir, agir em favor, interpretar o passado e o futuro. A teologia e a pastoral não puderam, historicamente, escolher se teriam ou não este poder. Deus, que está no futuro, no presente e no passado, se revelou. Partilhou com

<sup>11</sup> Cf. Edward Schillebeekx. *Jesus: la historia de un viviente*. Madri, Espanha, Ediciones Cristiandad, 1981, p. 130.

a humanidade seus planos. Quem sabe destes planos está eleito, embora a destinação destes projetos de Deus seja universal, ou seja, para todos.

Jesus vê o futuro como possibilidade exclusiva de Deus.<sup>12</sup> Esta mensagem se contrapõe às formas de exercício do poder humano, mesmo as imbuídas de profundo interesse pela concretização do Reino de Deus. Dizer que “é de Deus” significa relativizar o poder e as ações humanas, até mesmo as bem-intencionadas, das quais a sabedoria popular brasileira ousou afirmar que o “inferno está cheio”.

Esta mensagem de Jesus também fomentou tensões, em diferentes níveis, no contexto político-religioso de sua época. Quanto ao poderio romano, assim como todo e qualquer poder constituído, a evocação de autoridade divina, soberana, autônoma e imperativa, não ficou impune. Tratou-se de ameaça frontal, com a conseqüente necessidade de enquadramento, o que redundou, como já referido, na morte de Jesus.

Por outro lado, o Evangelho de Jesus, devido à lógica inclusiva e universal que possuía, rompeu com as perspectivas sectárias de diferentes grupos judaicos.<sup>13</sup> Jesus não agiu de forma sectária nem autoritária, mas com autoridade (Mateus 7,29) ao anunciar o Reino de Deus em consonância com a sua prática de vida. Jesus abominou o sectarismo arrogante e prepotente dos escribas e fariseus (Mateus 23,15), relativizou o ascetismo próprio dos essênios, o imediatismo dos zelotes e questionou as formas político-religiosas, em especial as dos saduceus, que, ao invés de proclamar o amor de Deus, marginalizavam as pessoas que mantinham convicções diferentes.

A atitude de Jesus era, entre outros aspectos, um questionamento da noção, presente na maioria dos grupos, de um “resto santo”, de um “povo puro”. As análises destes códigos de pureza, invariavelmente, revelam a centralidade do esforço humano no processo salvífico, ainda que com variações de natureza e grau. Como se sabe, há constante tensão no Evangelho entre os códigos da *Aliança* e da *pureza*. O primeiro retoma o Êxodo, a experiência do deserto e a corrente profética, enquanto o segundo refere-se ao Templo, à perspectiva do sacerdócio real e à oposição à reforma deuteronômica. A pregação e a prática de Jesus são a personalização do código da Aliança. O conhecimento e a sabedoria de Jesus vêm do deserto e não da sinagoga. Com isso, a mensagem de Jesus desvela a mentira e o ocultamento presentes na vivência religiosa (cf. 1 João 1 e 2). Isto se dá em, ao menos, dois níveis: no plano da segurança pessoal, com as estruturas de auto-salvação humana e no plano das contradições, quando a condição de “ser religioso”

---

<sup>12</sup> Cf. *ibid.*, p.127

<sup>13</sup> Cf. *ibid.* p.131.

(forte nas doutrinas dos fariseus) não corresponde ao “fazer o bem” (ênfase central do Evangelho).

### 3. *Jesus e as expectativas do povo*

O terceiro aspecto refere-se à não-sintonia da mensagem de Jesus com as expectativas populares. Havia, em Israel, significativamente maior expectativa da vinda do Messias do que do Reino de Deus. O povo também esperava expressar o seu poder com a legitimação de poderes messiânicos, iminentes e humanos.<sup>14</sup>

Os evangelhos – em especial o de Marcos, pelo gênero literário e pela estrutura de redação – representam correção da mentalidade apocalíptica triunfalista reinante nos movimentos de judeus do primeiro século. Jesus de Nazaré, verdadeiramente, é o Filho de Deus (Marcos 1,1), que se distancia do Messias triunfante esperado por muitos, mas revela-se como o servo que assume o caminho que leva à cruz.

A expectativa (e a proibição/solicitação) de Jesus de que sua messianidade não fosse revelada representa uma das formas de conter a visão triunfalista surgida em torno dele. No Evangelho de Marcos, por exemplo, o “segredo messiânico” é revelado gradualmente, sempre em conexão com a perspectiva da Paixão, e mantém-se até mesmo após a ressurreição (Mc. 16,18). Trata-se, sobretudo, de referência teológica questionadora da auto-suficiência excessiva da comunidade humana.

Jesus anuncia que o Reino está para além da história. O futuro é sempre maior que o presente, embora ajude a instaurar na realidade atual uma vivência ético-religiosa em consonância com o Reino de Deus.<sup>15</sup> A vida e a pregação de Jesus demonstram que o presente e o futuro, ainda que distintos, estão essencialmente unidos. Ele prega a salvação futura e a faz presente com a sua práxis, e, com isso, indica a conexão entre a sua pessoa e o Reino de Deus.

A presença de Jesus entre as pessoas requereu delas atitude de confiança fundamental. Tratava-se de opção a favor ou contra Jesus e a proposta de vida por ele apresentada. Jesus revelava ao povo o sentido pleno da Lei, como signo de bondade e da misericórdia de Deus para a salvação. Todavia, perceber tal realidade salvífica requeria senso de fé, disposição para crer, abertura e acolhimento do dom salvífico.

A adesão das pessoas à proposta de Jesus gerava, para elas, outras possibilidades de convivência, alternativas ao rigor religioso de outros grupos em Israel. Paradigmático é o relato de Marcos 2,18-22, no qual os discípulos de Jesus, ao contrário dos de João Batista, não jejuam, pois desfrutam da presen-

<sup>14</sup> Cf. *ibid*, pp. 132-134.

<sup>15</sup> Cf. *ibid*. p.135.

ça do Mestre. Neste querigma, reside a absoluta liberdade de Jesus e de seu grupo de seguidores, diferente dos casuísmos e dos legalismos religiosos.

A convivência dos discípulos com Jesus é essencialmente fraterna, comunitária e festiva, sinal da salvação anunciada. Se o seguimento a João Batista, por exemplo, redundava em vida ascética de penitência, o de Jesus marcava-se pela novidade de vida plena de alegria e comunhão. Tratava-se de “comunidade de mesa”, onde se partilha a comida, a bebida e a solidariedade, como experiência presente da misericórdia divina, a ser revelada decisiva e definitivamente no futuro.

A possibilidade de salvação humana está relacionada, conforme os testemunhos bíblicos, ao dom gratuito de Cristo, oferecido graciosamente pelo Pai, e acolhido com fé pelos seres humanos, sob a ação do Espírito Santo. Apesar do apelo à ação, próprio do Evangelho, o que é decisivo para o ser humano, considerando Jesus crucificado, não são as obras (mesmo, as religiosas). Trata-se, antes de tudo, da incondicional confiança em Deus, tanto no bem como no mal. Isso se dá pela justificação pela fé, que representa o sentido último da vida humana (*sola gratia, sola scriptura, sola fide*).

A novidade do Evangelho mobilizou diferentes pessoas e grupos. Baseava-se no fascínio e na força existencial que Jesus exercia sobre eles. Isto garantiu possibilidade histórica à fé cristã, e manteve-se substancialmente relevante a partir da memória dos primeiros discípulos. A alegria da convivência fraterna com Jesus, somada ao pesar da ausência dele após a morte, formou um núcleo de lembranças fundante de fé ativa e solidária. Jesus revelou-se como um “homem da liberdade”, cuja soberania não esteve a favor de proveitos próprios, mas em benefício dos demais, como expressão do amor livre de Deus pelos seres humanos.

Olhar retrospectivamente esta convivência indicava para a comunidade primeira dos cristãos – assim como para os de hoje – perspectivas da comunhão futura com Cristo. Dessa forma, passado, presente e futuro se encontram, firmados na possibilidade do Reino de Deus, como expressão salvífica concreta e escatológica para o ser humano.<sup>16</sup>

#### 4. Significado teológico da Galiléia

O ministério de Jesus, segundo o relato do Evangelho de Marcos, inicia-se na Galiléia após a experiência do deserto. Em Israel, havia se desenvolvido uma *espiritualidade do deserto* – lugar de solidão, oração, luta interior, tentação, purificação e encontro com Deus.

<sup>16</sup> Cf. *Ibid.* pp. 185–186.

Para se compreender a pregação de Jesus, a Galiléia possui significado teológico relevante. Ali, Jesus escolheu os discípulos (Mc. 1.6-20; 2:14 e 3:13-19), deu-lhes a missão (Mc. 6.6b-13) e os preparou para os enfrentamentos e para a Paixão (Mc. 8:31ss). A Galiléia contrasta com Jerusalém – lugar de onde procedem opositores: “E os escribas que haviam descido de Jerusalém diziam: ‘Belzebu está nele’” (Mc.3:22). “Os fariseus e alguns escribas vindos de Jerusalém reuniram-se a ele” (e discutiram sobre a tradição dos antigos) (Mc. 7: 1-13). A Galiléia, portanto, “mais que um lugar geográfico é um lugar teológico”, e servirá, posteriormente, como está redigido no final do Evangelho, de referência de onde encontrar o ressuscitado (Mc. 16:7).

A ênfase do *Kairos* – “o tempo está realizado e o Reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede no Evangelho” (Marcos 1,12-13) – abre, para Jesus, uma longa jornada de conflito em meio à sua vida e mensagem. A Galiléia é distante do centro, mas não deixa de ser lugar privilegiado para a crítica de Jesus aos poderes constituídos em contraposição à mensagem do Reino proclamada por ele.

Ao lado disso, é preciso destacar que os relatos dos evangelhos, especialmente o de Marcos, priorizam a *ação* de Jesus, enquanto a descrição mais formal e doutrinária de *ensinamentos* fica em segundo plano. Não se trata de separação entre ação e ensino, mas sim de referência teológica de destaque para a vida cristã que valoriza especialmente o agir e percebe nessa prática o autêntico ensinamento.

O dinamismo do Evangelho, portanto, caracteriza-se pelo apelo ao seguimento de Jesus como motivação teológica básica; pela escolha da periferia (Galiléia) como lugar social privilegiado; pela relação com os empobrecidos e oprimidos como sujeitos sociais da preferência de Deus; e pela ênfase no cotidiano como o tempo e o espaço próprios do Reino. Daí, a importância de se enfatizar que Jesus valorizou a vida. A afirmação que ele “veio para morrer por nós”, além de ser teologicamente contraditória, reforça uma visão sacrificialista que, embora historicamente presente no cristianismo, é contrária à fé cristã.<sup>17</sup>

## 5. *Jesus e o exercício do poder*

Para se compreender melhor os conflitos vividos por Jesus, utilizaremos a palavra “centro”. A chave interpretativa da expressão “o centro” é a conjugação dos fatores políticos externos e internos presentes na vida do povo judeu. Os externos tratam de uma dominação exercida pelo Império Romano, de cunho político-econômico. Os fatores internos referem-se à supremacia

<sup>17</sup> Cf. Carlos Bravo. *Galiléia ano 30: para ler o Evangelho de Marcos*. São Paulo, SP, Paulinas, 1996, p. 121-152.

político-religiosa de lideranças judaicas, que redundava em posturas de consonância e colaboração com o poder romano, não isentas de corrupção.

Esse quadro de dupla dominação produzia massas economicamente pobres, religiosamente marginalizadas e politicamente reprimidas, em especial a partir dos mecanismos institucionais dos tributos, da Lei e do exército. Por outro lado, também gerou revoltas e movimentos de resistência, e a Galiléia, lugar da infância e da juventude de Jesus, foi um dos locais mais afetados pelas convulsões políticas e sociais da época.

As autoridades judaicas exerciam o poder por intermédio do Sinédrio (como expressão política) e do Templo (como expressão teológica), ambos localizados em Jerusalém. O Sinédrio (conselho supremo dos judeus) era dirigido por um sumo sacerdote judeu e formado por 71 integrantes, entre fariseus e na maioria saduceus.

O Templo, por sua vez, era de vital importância para o povo judeu e para os habitantes de Jerusalém, em especial. Tratava-se de motivo de orgulho, chave de identidade, síntese sacramental da eleição e fonte da economia judaica. Esta incluía o comércio de animais para os sacrifícios, o trabalho de construção do Templo – ainda presente na época de Jesus – e os serviços dos sacerdotes, levitas e outros.

Em torno desses dois elementos havia um sistema de idéias e de práticas, o qual foi objeto de contestação de vários grupos e do ministério e do seguimento de Jesus. O “centro”, portanto, também, mais do que geográfico, era a expressão ideológica de um sistema de doutrinas e de práticas político-religiosas vigentes.

Não obstante Jesus ter privilegiado a população camponesa e empobrecida da Galiléia como alvo preferencial de sua pregação e ministério (ao contrário de se dirigir às autoridades e grupos sociais de destaque em Jerusalém), sua prática estabeleceu uma polêmica radical com os fariseus e com os mestres de Israel. O Evangelho de Marcos revela esse confronto, a partir do relato de cinco atitudes de Jesus, em seqüência:

- a.* perdoa os pecados de um paraplético e cura-o de sua enfermidade (Marcos 2,1-12);
- b.* convida um cobrador de impostos (Levi) para ser seu discípulo e vai a casa dele para comer em companhia de outros publicanos (Marcos 2,13-17);
- c.* deixa, juntamente com os seus discípulos, de observar a prática do jejum, prescrita na Lei (Marcos 2,18-22);
- d.* faz esforços indevidos segundo a Lei ao colher espigas pelas plantações do caminho em que andava, em dia de sábado (Marcos 2,23-28); e
- e.* igualmente em dia de sábado, na sinagoga, cura um homem doente (Marcos 3,1-5).

Tais atitudes geram, da parte de fariseus e de herodianos, a imediata intenção de conspiração contra Jesus e de planejamento de sua morte (Marcos 3, 6). Eles perceberam as dimensões libertadoras (e, neste sentido, subversivas) contidas nos discursos de Jesus e que orientavam as práticas dele:

- *A universalidade da graça de Deus*: “Não são os que têm saúde que precisam de médico, mas os doentes. Eu não vim chamar justos, mas pecadores” (Marcos 2,17).
- *A força criadora de Deus*: “...Ninguém faz remendo de pano novo em roupa velha; porque a peça nova repuxa o vestido velho e o rasgo aumenta. Ninguém põe vinho novo em odres velhos; caso contrário, o vinho estourará os odres, e tanto o vinho como os odres ficam inutilizados. Mas, vinho novo em odres novos”. (Marcos 2,21-22).
- *A supremacia do ser humano em relação à religião*: “o sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado, de modo que o Filho do Homem é senhor até do sábado”. (Marcos 2,27).

A morte na cruz, fruto dos conflitos com os grupos político-religiosos vividos por Jesus, torna-se consumação da maldição, uma vez que Jesus torna-se o representante das pessoas e grupos considerados violadores da Lei ou tidos como pecadores. Ela teve objetiva consciência, tanto do poder romano como das autoridades judaicas. Jesus deslegitimou ambas, em especial com o silêncio. Primeiramente, no Sinédrio (Mc. 14: 60-61), e depois, ante Pilatos (Mc. 15: 15).

O silêncio é expressão política e teológica de relevância. Jesus falou aos pobres e calou-se ante os poderosos. Com isso, revelam-se a atitude e a missão preferencial que marcou o ministério de Jesus. O silêncio, quando não por conveniência própria, indica especial mística, um “para além de” despojamento absoluto e confiança no Pai. O silêncio é sinal de libertação.<sup>18</sup>

### **III – Deus ama o sofrimento? A contribuição de François Varone para o debate cristológico**

#### *1. A salvação vem de Deus*

Varone reafirma em sua obra<sup>19</sup> que a salvação possui como lugar central o desejo do ser humano, mas é firmada na revelação de Deus que funda e a

<sup>18</sup> Cf. *ibid.*, p.152-184.

<sup>19</sup> A base dessa reflexão é a obra *Esse Deus que dizem amar o sofrimento*. Aparecida, SP, Ed. Santuário, 2001.

anima a experiência da fé, diferentemente de ser fundamentada na satisfação religiosa pela “compensação” dos aspectos humanos. O autor, em acordo com diversas críticas teológicas, afirma que o Evangelho, historicamente, não tem sido determinante na tradição cristã, no que se refere à salvação humana por Jesus. A lógica meramente religiosa afirma, ao contrário, que o ser humano débil deve se fazer valer, meritoriamente, ante o Poderoso para obter o perdão.

Nesta perspectiva, portanto, o caráter de “satisfação” opõe-se à relevância divina, constituído pelo conjunto jurídico de substituição, compensação e imputação. Este caráter reduz Jesus ao papel de vítima expiatória, privando-lhe da densidade histórica, que é a única que dá sentido e virtude salvífica à sua morte.

A morte de Jesus requer especial interpretação (obtida pela fé), uma vez que a experiência de despojamento, de doação e de radicalidade de Jesus foi omitida (pela religião) e pervertida como sacrifício desconectado do seu processo geral de vida.

Segundo Varone, a crítica secular ao rechaçar o sacrifício de Jesus parece cercar-se de razão, uma vez que, se assim fosse, tal sacrifício possuiria valor salvífico somente para Deus, que ao sacrificar o seu filho reuniria méritos para a salvação (que nem mesmo necessita). Por outro lado, além de não estar salvo, o ser humano ainda seria bloqueado e firmado no temor a este Deus exigente, ameaçador e perigoso, pois se realizou o sacrifício que seu próprio filho faria com qualquer ser humano.

A crítica à visão sacrificialista da morte de Jesus também destaca o aspecto de distração que a salvação firmada no sacrifício pode possuir. Ou seja, trata-se de não se perceber concretamente quais são as verdadeiras forças que mantêm a sociedade alijada da paz e da justiça.

Diversas interpretações sobre a morte de Jesus têm sido efetuadas sem levar em conta a vida e a práxis que a precedem e a explicam, assim como também a ressurreição em que desemboca. A teoria da satisfação faz da morte de Jesus algo “em si”, como mercadoria com valor de troca. Esta perspectiva faz da morte de Jesus um fato cujo sentido não vem da dimensão histórica (vida e ressurreição), mas sim da estrutura jurídica construída pela relação compensatória exigida por Deus, entre o sacrifício de Jesus e os pecados do ser humano.

Varone também indica que os espaços salvíficos são, em primeiro lugar, o próprio ser humano, com os seus desejos e as suas fragilidades [ que poderíamos ampliar nos referindo à toda a criação]. Em segundo, o estar no mundo, e, em terceiro, a pertença ao povo de Deus. Não há salvação meramente interior (subjativista), meritória (jurídica) e legalista (formal). Somente há salvação na práxis concreta, que relaciona o desejo humano e a escuta da Palavra de Deus, frutos da revelação divina.

A constituição do povo de Deus não se dá por automatismo cultural, por meras injunções históricas ou por méritos humanos que justifiquem tal pertença. Trata-se, sobretudo, de abertura pessoal e de conversão em resposta à revelação.<sup>20</sup>

## 2. *O poder e o Evangelho*

A morte de Jesus é consequência lógica de seu compromisso profético. A vida de Jesus, em função da rejeição que ele mesmo fez das perspectivas messiânicas de força e poderio, revelou a vulnerabilidade e a fragilidade humanas. Neste sentido, “Jesus não morreu pelos pecados da humanidade”, como se fosse exigência formal de Deus. Jesus morreu porque levou até às últimas consequências o seu combate profético.

O relato das tentações de Jesus, por exemplo – que expressa as possibilidades do humano tornar-se Deus – revela as dimensões profundas de experiência e da significação universal da ação de Jesus. Em um processo de autoconhecimento, Jesus não camufla sua fragilidade humana, mas se abre em confiança ao Pai, firmado no engendramento progressivo de Deus, em seu desejo e filiação divina. Jesus rejeita o poder, em especial o religioso, uma vez que este revela perversão ainda maior, à medida que absolutiza e torna exclusivas, em nome de Deus, determinadas realidades humanas.

O exercício do poder não foi, para Jesus – e não é para os cristãos –, um mal em si; tal atitude é necessária até mesmo para sinalizar o Reino e tornar possíveis certas expressões do desejo de Deus. Todavia, não se pode “amar o poder” quando se quer amar o Evangelho.

Na tradição cristã, ao longo da história, a teoria da “satisfação” tornou-se preponderante. Neste sentido, o sofrimento substitutivo e compensatório tem-se tornado princípio fundamental, até mesmo para a interpretação de textos do Antigo e do Novo Testamentos. Isto representa um distanciamento da experiência central de gratuidade, de despojamento e de radicalidade profética de Jesus. Nesse sentido, o Evangelho é para a Igreja, e para os demais grupos que intentam inspirar-se nele, instrumento de crítica constante de suas próprias práticas e vivências, ao contrário de ser instrumento de auto-suficiência como muitas vezes tem-se dado historicamente.

A referência absoluta de Jesus no exercício do poder não é o respeito ou a manutenção do poder da estrutura jurídico-religiosa, cuja chave são as proibições no sábado. Esta perspectiva tenta utilizar Deus para absolutizar o poder, e o ser humano para exercê-lo. Jesus, ao contrário, exerce um poder de mediação perfeita entre Deus e o ser humano concreto. A paixão de Deus é a paixão concreta do ser humano. Jesus revela forte conteúdo profético e libertador, por

<sup>20</sup> Cf. *ibid.*, p. 9-56.

exemplo, ao comer com as pessoas que foram rejeitadas e discriminadas pelos chefes da sinagoga por não responderem às exigências destes.

A expectativa pelas ações de Jesus se dá em um contexto onde a religião – com suas leis, tradições, e ritos – está organizada não para transmitir a vida de Deus ao ser humano concreto, mas para utilizar as pessoas em benefício da manutenção de seu poder e permanência no medo e na submissão. Jesus vem como o verdadeiro Mestre, “manso e humilde de coração”, trazendo a revelação de Deus.<sup>21</sup>

### *3. O valor do sangue de Jesus*

Varone ressalta que a teoria da “satisfação” não se encontra em todo o Novo Testamento, nem mesmo no livro de Hebreus. Trata-se de algo histórico, ocorrido como alteração das bases bíblicas cristãs. Se alguma vantagem ela apresenta, seria a valorização universal da morte de Jesus. Mesmo assim, para o Novo Testamento, o que definitivamente outorga valor universal à vida de Jesus – que inclui a práxis cuja última consequência foi a morte – é a ressurreição.

Somente a estrita unidade entre a vida, a morte e a ressurreição de Jesus revela o sentido e o valor da salvação universal. Não se devem eliminar aspectos da vida de Jesus, em benefício do sofrimento, nem tão pouco a morte em benefício unicamente da ressurreição. A salvação cristã não consiste em operação jurídica de satisfação, mas sim em obra existencial de revelação divina.

As expressões ou linguagens sacrificiais, em especial no livro de Hebreus, requerem interpretação simbólica que revele a passagem do ritual para o existencial, ou nos termos da carta aos Hebreus da “imagem” (o sangue, por exemplo) para o “real” (a vida ou a doação de Jesus). A vida real de Jesus é o elemento essencial na linguagem simbólica que fala do sangue. O sacrifício da expiação, nos conteúdos da carta aos Hebreus, não é considerado invenção humana, mas instituição de Deus. O sacrifício, incluído o da antiga Aliança, está situado, portanto, no contexto da revelação. É de Deus que institui e dá a seu povo a oportunidade de ser novamente reconhecido como fiel à Aliança por ele estabelecida.

A vontade de Deus é fazer da vida humana – com debilidade, sofrimentos e morte próprios dela – o caminho em direção à vida plena e perfeita. Deus revela e inaugura este projeto a partir de Jesus. Ele é o “inaugurador da salvação”. Há, portanto, o paradoxo da condição humana. De um lado, a “escravidão”, a situação-limite, a existência-impasse, porque o desejo choca-se com a realidade de medo e de morte. De outro, a existência porvir, o ser humano cujo desejo se abre à vontade de Deus. Neste sentido, a carta aos

<sup>21</sup> Cf. *ibid.*, p. 57-131.

Hebreus, como objetivo central, descreve dois grandes eixos: a participação de Jesus (e dos cristãos, por suposto) na condição humana em sua totalidade e a diferença qualitativa da obediência à Palavra, ao invés de temor. O “sangue” de Jesus, portanto, é a expressão simbólica para referir-se à vida e à ressurreição de Jesus, com a sua total inserção na condição humana e com a diferença qualitativa da obediência e da escuta, em lugar do temor.

A carta aos Hebreus pressupõe que a condenação de Jesus à morte é o ápice da práxis dele em rechaçar o messianismo real de poder para abraçar um messianismo humano de veracidade e serviço. Ela emprega linguagem sacrificial que se distingue da satisfacional. O sacrifício está envolto na perspectiva da revelação. Varone não acompanha inteiramente, então, a crítica de René Girard ao texto de Hebreus, ao considerar que ela não considera este fato e, neste aspecto, torna-se comprometida. O que teologicamente está indicado é que o significado do sacrifício de Jesus para os cristãos não se dá pelo acúmulo de sofrimentos, como se estes tivessem valor compensatório em relação a Deus (como também não foi para o próprio Jesus) ou como se os sacrifícios em si agradassem a Deus. O significado do sacrifício é a integração na práxis positiva, engendrada no caminho existencial inaugurado por Jesus, que leva à existência humana a Deus, não obstante as inevitáveis adversidades que podem gerar sofrimento e morte.

A fé, portanto, não é ação meramente humana que modifica a ação de Deus orientando-a juridicamente em favor do ser humano. A fé é obra de Deus, é *dom*. Nela, culmina a revelação divina para qual o ser humano se abre em desejo pleno e profundo.<sup>22</sup>

#### 4. *Em Cristo, há nova humanidade*

A revelação é o processo fundamental em que Deus salva em Jesus Cristo. Ela se contrapõe à “satisfação” como mecanismo ilegítimo de intercâmbio jurídico entre o ser humano e Deus. Por isso, a religião, quando entendida como contraposição à expressão viva e espontânea da fé, requer uma crítica teológica fundamental para iluminar o âmbito histórico em que se desenvolve a salvação. Trata-se de ressaltar a economia salvífica que representa a maneira e as etapas concretas que Deus utiliza para efetivar a salvação entre os seres humanos.

A religião, vista na perspectiva de contraposição à fé, é a relação que o ser humano estabelece e organiza com Deus, ao projetar as relações sociais que demarcam a distinção entre o débil e o poderoso e, com isso, fazer-se valer diante de Deus e dele merecer algum favor. Ao contrário, a teologia

<sup>22</sup> Cf. *ibid.* p. 133-208.

indica que a interferência neste processo se dá por iniciativa divina, qualitativamente diferente, na qual Deus revela-se e é acolhido e aceito pela fé.

A teologia da salvação firmada na revelação (e não na “satisfação”) permite maior aproximação (e fundamentação) das perspectivas bíblicas da origem humana. Trata-se, da parte do ser humano, de situação inata que se constitui em “infinito desejo que se abre a um horizonte ainda fechado”. Esta situação, longe de ser pecado, significa *fragilidade original*, necessidade absoluta e radical de salvação, pois só a revelação de Deus possibilita a liberação do horizonte oculto e misterioso da existência humana. A pressuposição antropológica dessa perspectiva é que não se sustenta a visão fixista, pré-moderna, do paraíso e do pecado original, que não considere a evolução humana. O pensamento evolucionista moderno inviabiliza a representação arquetípica da existência de uma “idade de ouro” no passado. Como a evolução caminha na direção de sínteses mais complexas, o surgimento do ser humano foi ascendente e progressivo, o que requer redimensionamento teológico do conceito de *queda* humana.

A tipologia bíblica Adão-Cristo, em especial nos escritos paulinos, não estabelece uma estrutura fatalista para a existência humana. Ao contrário, uma vez dimensionada em seu sentido por ser, simultaneamente, Adão (na fragilidade original) e Cristo (na doação final), o ser humano pode escutar a Palavra, compreender as forças naturais que possui, vivenciar a capacidade de abertura à fé e de conversão a Deus.<sup>23</sup>

### 5. Sofrimento e alegria no seguimento de Jesus

A revelação divina possibilita a liberação do desejo humano, sem se confundir com a visão religiosa que interpreta o sofrimento como ação meritória. O sofrimento humano não é conseqüência de um pecado original/inicial. Também não possui para Deus qualquer valor compensatório ou reparador. Tampouco é causado ou permitido por Deus como prova, advertência ou castigo.

O sofrimento humano deve ser compreendido dentro das contradições e das vulnerabilidades humanas. Ele é a conseqüência normal da fragilidade física e moral da humanidade e do mundo e, por isso, deve ter o seu sentido encontrado na imanência dos acontecimentos e das causas destes. Tanto o sofrimento humano como o mal podem ser explicados a partir das injunções intramundanas, que inclui a fragilidade original da humanidade.

Entre o contexto de “satisfação compensatória” e o de “revelação divina” está, fundamentalmente, a diferença na dimensão adquirida pelo sofrimento

<sup>23</sup> Cf. *ibid.*, p. 209-262.

quando, pleno de sentido, refere-se ao seguimento de Jesus e às suas conseqüentes relações e pressões. A experiência de seguimento revela, ao mesmo tempo, o aspecto (sofrido) da cruz e o sentido (prazeroso) da ressurreição.

Ante o sofrimento e o mal, o cristão assume a tríplice atitude de silêncio-crítica-aprendizado, articulada intrinsecamente com a cruz de Jesus. Trata-se de assumir a cruz, com todos os seus riscos e com o reconhecimento da inevitabilidade do sofrimento deles derivados. Não se trata de assumir a cruz pela cruz, como mera identificação com a cruz/sofrimento de Jesus, e sim responder livre e positivamente ao chamado para o seguimento dele.

Jesus, o Cristo, representa a possibilidade dos desejos humanos, à medida que radicaliza sua condição carnal e também a supera. Neste contexto, insere-se o confronto de Jesus com o seu próprio sofrimento, possibilitado pela confluência da fragilidade natural de seu corpo com a sua debilidade política frente aos poderes humanos. Desta forma, a revelação de Deus emerge na vida social.

Com a liberdade e a felicidade do ser humano, cresce igualmente a glória de Deus. Não se trata do individualismo burguês, mas da realização interativa e de alteridade que se revela, em especial, na vivência eclesial.

A lógica da “satisfação” perverte a possibilidade de felicidade pessoal/comunitária, ao estabelecer, entre outros aspectos, uma relação meritória e jurídica com Deus e ao ideologizar o sentido da vivência comunitária com a restrição idolátrica ao eclesiástico, como se a igreja fosse a única e total herdeira de Jesus. A orientação da fé, ao contrário, centra-se também no sacrifício de Cristo, mas, o compreende a partir da práxis histórica que o levou à morte e à ressurreição.<sup>24</sup>

## Considerações finais

As comunidades, quando vivem e celebram os sacramentos, atualizam a mensagem da cruz. Com isso, a ênfase recai sobre o serviço, o perdão, o esvaziamento e a disposição de caminhar em direção aos processos de humanização e de libertação. O cristianismo hoje parece viver um tempo no qual a visão triunfalista se sobrepõe ao sofrimento de Cristo e ao anúncio do Reino. Mas, a cruz nega o egoísmo humano, fundamenta a doação e o serviço, e abre perspectivas para que haja satisfação pessoal em ver a realização do outro.

Jesus morreu por fidelidade às tradições libertadoras do Êxodo e da Aliança dos profetas, expressões do Reino de Deus que pregou. Como se viu, o conflito com o “centro” foi inevitável, uma vez que as autoridades judaicas traíram as próprias tradições e bases teológicas, e as romanas possuíam perspectiva de poder oposta às propostas e práticas de Jesus. A cruz foi, portanto,

<sup>24</sup> Cf. *ibid.*, p. 263-299.

o resultado do processo do posicionamento político/religioso de Jesus ao longo de sua vida – diferentemente das interpretações sacrificialistas que surgiram ao longo da história da Igreja. Tornou-se um escândalo crucial, sem o qual a vida cristã não teria sentido. A cruz de Jesus, o Cristo, escândalo para os judeus e loucura para os gentios (1 Co 1. 23), possibilita significado para o despojamento humano, autodoação, solidariedade e vida de serviço e alegria.

É, sobretudo, a experiência de fé e de martírio das primeiras comunidades registradas no Novo Testamento como “memória das memórias”, a possibilidade de compreensão dos atos históricos de Jesus. Assim, encontram-se articulados a fé e a vida, a morte e a glorificação, a libertação e a salvação.

Histórica e pastoralmente, os relatos bíblicos do sofrimento e da morte de Jesus, não obstante a ressurreição, conferem medo como tiveram aquelas que fugiram do túmulo assustadas (Marcos 16,6). Todavia, os consensos exegeticos indicam ser uma história inconclusa... Sinal, portanto, de que o ponto final está por vir, que fidelidade e esperança se conjugam e que a realidade presente requer vigilância e novidade permanentes.

## Referências bibliográficas

- BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.
- BRAVO, Carlos. *Galiléia ano 30: para ler o Evangelho de Marcos*. São Paulo: Paulinas, 1996.
- CROSSAN, J. D. *O Jesus histórico: a vida de um camponês judeu do Mediterrâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Jesus: uma biografia revolucionária*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Quem matou Jesus?* Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O nascimento do cristianismo: o que aconteceu nos anos que se seguiram à execução de Jesus*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- GARCIA RUBIO, Alfonso. *O encontro com Jesus Cristo vivo*. São Paulo: Paulinas, 1994.
- HAIGHT, Roger. *Jesus símbolo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- KÜNG, Hans. *Vinte teses sobre o ser cristão*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LOEWE, William P. *Introdução à cristologia*. São Paulo: Paulus, 2000.
- MOLTMANN, Jürgen. *O caminho de Jesus Cristo: cristologia em dimensões messiânicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Quem é Jesus Cristo para nós hoje?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- SCHILLEBEEKX, Edward. *Jesus: la historia de un viviente*. Madri, Espanha: Ediciones Cristiandad, 1981.
- SOBRINO, Jon. *Cristologia a partir da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Jesus, o libertador – I – A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A fé em Jesus Cristo: ensaio a partir das vítimas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- TEIXEIRA, Faustino. “Uma cristologia provocada pelo pluralismo religioso: reflexões em torno do livro *Jesus, símbolo de Deus*, de Roger Haight”. Em *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, 2005, v. 65, n. 258, p. 293-314.
- VARONE, François. *Esse Deus que dizem amar o sofrimento*. Aparecida: Santuário, 2001.